

A CRÍTICA FEMINISTA À MODERNIDADE E O PROJETO FEMINISTA NO BRASIL DOS ANOS 70 E 80

DANIELA MANINI

A crítica feminista à modernidade é um debate recente em torno do qual têm sido feitos vários estudos voltados para a análise da emergência do discurso feminista em um cenário político-cultural masculino. Estes estudos mostram de que maneira as mulheres, ao procurarem fazer valer seus direitos, suas atitudes e capacidades dentro de uma cultura predominantemente masculina e misógina, promovem uma imensa crítica cultural que questiona os tradicionais valores do Sujeito, da Razão e do Conhecimento e apontam para a análise e valorização de uma cultura feminina. Neste aspecto, os estudos sobre o feminismo e a modernidade aproximam a prática feminista do pensamento pós-moderno, que propõe a desconstrução dos tradicionais sujeitos histórico, político e social e promovem a análise dos grupos sociais historicamente excluídos.

Neste artigo, procuro apontar para uma questão bastante controversa, tendo em vista levantar algumas questões e enfrentando o desafio de abordar um assunto muito polêmico. Questiono em que medida o feminismo se constitui enquanto crítica da modernidade, quais os pontos de convergência entre o pensamento feminista e o pós-moderno e qual o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80, visando a estabelecer de que maneira esse movimento social promove sua crítica no espaço brasileiro.

Privilegio esse momento pois, apesar de reconhecer que as questões de gênero sempre permearam os acontecimentos históricos, entendo que é a partir daí que o feminismo emerge enquanto crítica nova da modernidade, na medida em que aponta para uma nova forma de fazer política, ao propor a "politização do cotidiano".

Esta expressão foi proposta pelo filósofo francês Michel Foucault ao desconstruir a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de

poder e afirmar que existem formas do exercício do poder diferenciadas das do Estado, como a realidade e as práticas sociais que são específicas e fazem parte de uma pequena área de ação. De acordo com Foucault, essas formas de poder, às quais chama de micro-poderes, estão presentes na vida cotidiana dos indivíduos, manifestando-se tanto nas relações pessoais quanto na proposta de se organizarem em grupos, debaterem problemas de sua realidade e lançá-los como reivindicações ao poder central¹.

Roberto Machado, na introdução que faz ao livro de Foucault, *Microfísica do Poder*, intitulada "Por uma Genealogia do Poder", considera a distinção entre o poder central do Estado e os poderes específicos dos grupos sociais (micro-poderes) e ressalta a interdependência dessas duas esferas na medida em que os movimentos sociais precisam do Estado para viabilizar suas reivindicações e o Estado procura atendê-las para manter sua sustentação e atuação eficaz.

Essa maneira outra de atuar politicamente pode ser verificada nos movimentos sociais das minorias, a exemplo dos negros, homossexuais e feministas, que surgiram no cenário político-cultural sobretudo a partir dos anos 70, dando visibilidade política a questões até então consideradas próprias do espaço privado e também lançando os sujeitos dessas reivindicações à esfera pública, na medida em que estes se mostravam enquanto interlocutores junto ao Estado para o atendimento de demandas específicas. A partir de suas propostas e da maneira como atuavam, pode-se dizer que esses movimentos pretendiam realizar transformações políticas e culturais, pois ao evidenciar o anseio por direitos que legitimassem a cidadania de seus membros, denunciavam preconceitos e uma certa opressão cultural construída sobre eles.

As feministas promovem esse questionamento político-cultural ao levarem para a arena política temas considerados da esfera privada - como sexualidade, maternidade, aborto, violência contra a mulher, contracepção, direito ao corpo - e assuntos do cotidiano, como o fato de a mulher não ter onde deixar os filhos quando vai trabalhar, o salário menor que o dos homens,

¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. S.l., Graal, 3ª edição, 1982.

o aumento do custo de vida, a situação do bairro, entre outros. Dessa maneira, expõem uma situação de discriminação dentro de uma cultura masculina, denunciando, além de desigualdades legais em relação ao homem, uma diferença cultural que desvaloriza a figura feminina mesmo nas relações mais íntimas e cotidianas.

Enquanto prática política, a crítica feminista, ao incidir sobre questões como estas, realiza uma mudança de perspectiva na tradicional concepção de política, pois discute temas que até então eram relegados à sombra e essa discussão passa a ser feita por vozes femininas a partir de suas próprias vivências².

Tal prática, evidentemente, causa um impacto no sistema político, na medida em que questiona a divisão binária entre público e privado e refaz novas concepções de político e público, incorporando a esses meios as experiências cotidianas das mulheres nos vários espaços que ela ocupa. Além disso, privilegia a análise de um grupo tradicionalmente posto à margem do discurso histórico-científico e do sistema político, uma vez que a noção universal de sujeito é masculina.

É fundamentalmente neste aspecto que o pensamento feminista e o dos outros movimentos de minorias, como o dos negros e o dos homossexuais, inspiram-se e se aproximam dos discursos sobre a pós-modernidade. Filósofos pós-estruturalistas, como o já citado Foucault e Derrida propõem a desconstrução dos tradicionais sujeitos históricos, políticos e sociais e abrem espaço para a emergência de análises da alteridade, que consideram sujeitos excluídos historicamente, uma vez que entendem que a política não é privilégio do Estado. As feministas, por sua vez, também promovem a desconstrução pois, ao denunciar as desigualdades de gênero, criticam as categorias universais de sujeito masculino, do conhecimento objetivo, da estrutura patriarcal e até mesmo do sistema capitalista. Por essa razão, alguns teóricos como a feminista

² Veja-se ALVAREZ, Sônia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia", in STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Jane Flax apontam o feminismo como sendo uma forma de filosofia pós-moderna³.

Entretanto, apesar de se aproximarem neste aspecto, o discurso feminista e o pós-estruturalista distanciam-se porque, ao promoverem o descentramento da noção de sujeito, os pós-estruturalistas apontam para uma crise da representação, mostrando a possibilidade do fim do histórico, do social e do político, negando a proposta de representação de algum sujeito ou grupo particular, ao passo que as feministas lutam pela representação de um grupo específico, com interesses e causas próprias e que pretende a valorização dos direitos das mulheres e da figura feminina.

Heloísa Buarque de Holanda, na introdução de seu livro *Tendências e Impasses. O Feminismo como Crítica da Cultura*, intitulada "O Feminismo em Tempos Pós-Modernos", marca as diferenças e aproximações entre esses pensamentos e ressalta a importância do movimento feminista enquanto prática política e de defesa da cidadania em um momento onde é geral o descrédito nas ideologias. Desse modo, enfatiza a luta pela representação de um grupo específico como forma de valorização e reconhecimento de seu papel na sociedade.

No caso da luta das mulheres, são vários os exemplos de reconhecimento e institucionalização de propostas feministas, bem como o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher e bastante evidentes são as transformações na relação homem-mulher, tanto no espaço público quanto no privado, que permitem verificar uma maior valorização das atitudes e capacidades femininas.

Sônia Alvarez, em seu trabalho "Politizando o Gênero", afirma que a evolução do feminismo no Brasil dos anos 70 e 80 contribuiu para uma maior representação e força política das mulheres como grupo e que as reivindicações de gênero, como creches, planejamento familiar, entre outras, foram introduzidas na arena política e resultaram em várias conquistas para as mulheres como um todo.

³ COSTA, Cláudia Lima. "O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas", in *Cadernos Pagu*, n. 2. 1994.

Essas conquistas, evidentemente, são resultado das pressões feministas junto ao governo, que dava respaldo a muitas de suas propostas, e da amplitude atingida pelo movimento perante a sociedade. Como muito bem salienta Roberto Machado, é necessário que o Estado atenda às demandas sociais para manter a sua sustentação, assim como os movimentos sociais precisam do Estado para viabilizar suas propostas. No caso do movimento feminista, verifica-se essa "dupla necessidade", mas convém pensar em como o Estado determina e interfere em seu andamento.

Sônia Alvarez, em seu já mencionado trabalho "Politizando o Gênero", faz uma interessante análise sobre o desenvolvimento do feminismo no Brasil e a maneira pela qual o Estado muitas vezes direciona as estratégias desse movimento. De acordo com a autora, toda política voltada para as relações de gênero é realizada segundo interesses particulares do governo, que manipula essas questões para fins eleitorais, entre outros. Para fazer essa afirmação, fundamenta-se no fato de as mulheres não fazerem parte do sistema de dominação política e, também com base nisso, critica a institucionalização de propostas feministas através dos Conselhos, pois eles são direcionados pelo Estado, que cede espaço às mulheres, mas impede que elas avancem politicamente.

Para pensar mais sobre isso, farei, a seguir, um breve histórico do feminismo no Brasil dos anos 70 e 80, mostrando as principais aspirações do movimento, as formas que assume em cada período e o atendimento do Estado às suas reivindicações, procurando entender como as viabiliza e legitima.

Para essa análise, fundamentei-me nos seguintes jornais feministas do período: *Brasil Mulher* (Londrina, 1975-80), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1976-78), *Mulherio* (São Paulo, 1981-87) e *Chana com Chana* (São Paulo, 81, 82 e 87), que se constituem como manifestações relevantes das práticas feministas no Brasil, ao mesmo tempo em que se apresentam enquanto armas desse movimento, pois era através dos jornais que as feministas difundiam idéias transformadoras para muitas mulheres no espaço brasileiro. Através desses jornais, pode-se perceber também que o caminhar das idéias feministas ocorre de maneira acelerada e com diferenças bastante marcadas na evolução do movimento.

O FEMINISMO "À MARGEM DA ESQUERDA" DOS ANOS 70

Surgindo enquanto movimento organizado nos anos 70, época em que as discussões em torno dos direitos das mulheres retornam com maior ênfase ao cenário político-cultural brasileiro, o feminismo mostra sua crítica à modernização do país, que se urbanizava, industrializava e diversificava sua economia.

Fundamentando-se em uma ideologia política de esquerda, denunciava a discriminação sexual aliando-se à luta contra a ditadura militar e ao debate sobre as profundas diferenças sócio-econômicas do espaço brasileiro.

Para promover essa crítica, focaliza os problemas das mulheres trabalhadoras, duplamente oprimidas pela discriminação classista e sexual, e lança propostas voltadas basicamente para resolver os problemas sócio-econômicos, como o salário menor que o do homem, a falta de creches, a dupla jornada de trabalho, o aumento do preço de alimentos, a situação de um bairro, entre outros. Em função disso, o movimento feminista acredita que são essas mulheres que devem conduzir a luta pela emancipação, pois sua condição lhes permite ter uma visão crítica da realidade brasileira. O jornal *Nós Mulheres*, em seu editorial do número 07, de março de 78, retrata essa posição conforme o trecho que se vê a seguir:

"Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não são só oprimidas enquanto sexo, mas também enquanto classe. No Brasil, dada a insipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos. Será somente quando os movimentos amplos de mulheres das classes trabalhadoras e os atuais grupos feministas - em geral, mulheres pertencentes à classe média que tiveram acesso mais fácil ao conhecimento - integrarem-se como um todo orgânico, que o feminismo se tornará uma força concreta de transformação social.

Por isso, NM continuará defendendo a perspectiva das mulheres trabalhadoras, registrando suas lutas e, ao mesmo tempo, tentando avançar na discussão de todos os aspectos que envolvem a repressão da mulher - e que vão desde o lugar ocupado por ela na estrutura produtiva até a própria repressão sexual."

Dessa maneira, a emancipação feminina é dada fundamentalmente como uma questão que passa por dimensões sócio-econômicas do período e não como um debate em torno de questões específicas sobre a condição da mulher, como a sexualidade, a maternidade, a contracepção e questões outras que ficam subsumidas em meio aos problemas gerais da sociedade e à luta das mulheres trabalhadoras. O jornal *Brasil Mulher*, em seu editorial do número 07, de junho de 77, explicita esse propósito, dizendo:

"A luta pela emancipação da mulher não está em momento nenhum desvinculada da luta pelas soluções dos problemas gerais da sociedade. Por isso, nos unimos à manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas."

O enfoque a essas propostas justifica-se pelo histórico de militância esquerdista de cunho marxista da maioria das feministas desse período. Muitas delas haviam participado de partidos políticos clandestinos na luta contra a ditadura militar e encontravam no movimento feminista, além de um lugar para discutir a condição feminina, um espaço para criticar a situação política, econômica e social do país⁴.

Eleonora Menecucci de Oliveira, participante do movimento feminista, permite exemplificar esse tipo de trajetória política. Na entrevista que concedeu à equipe do projeto "O feminismo no Brasil: utopias da emancipação feminina", relata sua experiência pessoal e política no feminismo, contando que sua decisão de entrar para o movimento se deu quando estava na prisão, por

⁴ Veja-se TELLES, Maria Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.

fazer parte de um partido político clandestino e sofrer a violência de presenciar a tortura de sua filha. Com esse fato, sentiu que sua individualidade enquanto mulher e mãe havia sido duramente atingida, por isso decidiu entrar para o movimento.

Segundo Eleonora, muitas das participantes do movimento tinham histórias parecidas com a sua: um passado de militância na esquerda, com prisões e torturas; daí as idéias que circulavam entre elas se concentraram basicamente na crítica à ditadura e ao sistema capitalista e na proposta de melhores condições sociais para o Brasil.

Entretanto, apesar desse enfoque progressista, o feminismo não esteve aliado a partidos políticos de esquerda, pois estes consideravam as propostas feministas "pequeno-burguesas", incapazes de atender aos interesses das mulheres trabalhadoras e desnecessárias em um momento onde o essencial, segundo eles, era lutar contra o autoritarismo e debater os problemas sociais do país. Por isso, Jacira Vieira de Melo, em sua dissertação de mestrado *Trabalho de Formiga em Terra de Tamanduá: a Experiência Feminista com Vídeo* (São Paulo, 1993), diz que as feministas desse período organizavam-se à margem da esquerda.

Por outro lado, devemos enfatizar que, por ter uma ideologia de esquerda, o feminismo também não era visto com bons olhos pelos setores conservadores da sociedade. Desse modo, constitui-se inicialmente enquanto movimento autônomo e, apesar da resistência dos partidos de esquerda e da sociedade conservadora, adquire grande importância no cenário político-cultural do país, pois questiona a discriminação das mulheres, além de debater problemas gerais da sociedade.

Essa importância se revela principalmente ao verificarmos que, ao discutir a discriminação feminina focalizando basicamente os problemas das mulheres trabalhadoras, o movimento feminista promove um debate político em torno de questões da realidade cotidiana de determinada classe, que são resultantes da deficiência da estrutura sócio-econômica do país. Ao apontar problemas como a falta de creches, a necessidade da mulher ter que trabalhar para complementar a renda da família, o salário menor que o dos homens, entre outros, o feminismo põe em xeque a má distribuição de rendas, a urbanização e industrialização crescentes e o próprio sistema político do país.

A discussão em torno dessas questões e a pressão feminista junto ao governo para que fossem atendidas necessidades básicas das mulheres trabalhadoras têm como resultado a implementação de medidas governamentais voltadas para esse fim. A exigência legal, que consta na legislação trabalhista desde 1943, de que haja creches em todas as fábricas e indústrias que tenham mão-de-obra feminina, por exemplo, passou a ser melhor fiscalizada pelo governo e, por isso, cumprida pelos patrões. Além disso, em vários lugares do Brasil foram implementadas medidas para a construção de creches públicas. Sônia Alvarez, em seu já mencionado trabalho, relata que no município de São Paulo, por exemplo, um movimento por creches que existia desde 1973 teve suas reivindicações atendidas na administração de Reynaldo de Barros (1979-1982), que propôs a construção de 830 creches e acabou por construir 141. Isso obviamente foi resultado de uma política populista de governo, como conta Sônia Alvarez, mas mostra como as questões de gênero entravam na arena política.

Também foi feita a discussão em torno de questões salariais, tendo como resultado o exemplo de alguns ramos produtivos onde o pagamento de salários passa a ser equivalente para homens e mulheres que faziam as mesmas atividades, além da permissão do trabalho noturno para as mulheres que, por trabalharem nesse período, teriam um acréscimo no salário.

A força de organização do movimento em torno de questões trabalhistas mostra-se também na maior adesão das mulheres trabalhadoras à participação sindical e na formação de sindicatos femininos, o que contribuiu para que elas tivessem um melhor entendimento de sua situação e lhes deu respaldo para as reivindicações que faziam.

Além dessas propostas, o movimento feminista lança uma crítica contundente à ditadura militar pois, tendo recebido adesões do Movimento Feminino Pela Anistia, passa a exigir a liberdade de presos políticos e o retorno de exilados punidos pelo regime militar. Os jornais feministas do período trazem vários depoimentos de mulheres que haviam sido presas ou exiladas e pediam pelo retorno de pessoas que se encontravam nessa situação.

O jornal *Brasil Mulher* (Londrina, 1975-78), por exemplo, na maioria de seus exemplares traz artigos sobre os caminhos que tomava o Movimento Feminino Pela Anistia e a necessidade dessa luta continuar. Em seu exemplar de número 13, de julho de 78, dedica uma longa reportagem sobre o assunto, divulgando depoimentos de ex-presas políticas e cartas que lhes haviam sido enviadas pela família, pelos amigos ou por pessoas que lutaram por sua liberdade enquanto estavam na prisão. Um depoimento marcante é o de Cimélia Alice Schimidt de Almeida, presa em 72, quando estava grávida. Veja alguns trechos de seu relato:

"Na rua Tutóia, sede da OBAN, fui torturada de várias formas: ameaças de assassinato, tapas, socos no rosto e na cabeça, choques nas mãos e nos pés, na "cadeira do diabo", ameaça de seqüestro do meu filho quando nascesse ou do confinamento da criança em órgãos de assistência ao menor abandonado.

(...) Não fui julgada ou condenada. No entanto, meu filho nasceu marcado pela violência e pelo desrespeito à dignidade humana. Não tem marcas visíveis de tortura, mas aos dez meses de idade sofreu convulsões provenientes de um foco infeccioso no cérebro. Hoje é uma criança triste. Tem medo de polícia e de ladrão, que para ele são uma coisa só. Tem medo de que eu saia e não volte mais. Se lhe digo que não vou deixá-lo, ele responde: "Você pode querer voltar. Mas se eles não deixarem?" Sofremos tudo isso porque acredito numa sociedade mais justa e luto por sua construção."

Outra adesão que o movimento recebe é a do Clube de Mães, grupo de mulheres que contava com o apoio da Igreja Católica e lutava por melhores condições de vida, reivindicando transporte, saneamento básico, habitação, atendimento à saúde e educação, denunciando as carências e desigualdades do espaço brasileiro.

Todas essas propostas e as muitas conquistas obtidas pela mulher no espaço público e também na esfera privada, onde é possível verificar uma



Ilustração de Lila Galvão de Figueiredo. Jornal *Mulherio*, n. 14, julho/ agosto, 1983.
Banco de Imagens/AEL/UNICAMP.

mudança na relação homem-mulher devido à força que esta passa a adquirir pelo reconhecimento de seus papéis e direitos na sociedade, foram fundamentais para romper com a invisibilidade histórica das mulheres, fortalecê-las enquanto cidadãs e questionar as estruturas política, econômica e social do período. Por essas razões e muitas outras, o feminismo que se desenvolveu no Brasil dos anos 70 foi de fundamental importância.

Por outro lado, a ênfase que o movimento dava aos problemas das mulheres trabalhadoras e às questões políticas, econômicas e sociais do país em um determinado momento foi se enfraquecendo, pois não correspondia mais aos interesses da maioria das mulheres. Isso porque, em primeiro lugar, muitas das propostas sociais lançadas pelo movimento já haviam sido atendidas pelo governo ou estavam por ser e, em segundo lugar, as mulheres pretendiam debater assuntos mais específicos sobre a condição feminina, como sexualidade, prazer, direito ao corpo, maternidade, saúde, violência contra a mulher, aborto, etc. Após vários anos de um discurso classista sobre a discriminação da mulher, produzido por intelectuais que não se identificavam com a realidade das mulheres trabalhadoras que problematizavam, as mulheres passaram a desejar o debate de temas que atingissem seus anseios mais íntimos e comuns.

Portanto, devido a essa carência do movimento feminista dos anos 70, começam a surgir nos anos 80 novos enfoques sobre a tematização da questão feminina. Nesse período, as discussões voltam-se para a realidade das mulheres em sua relação com o sujeito masculino e a família e abordam também questões como o direito ao corpo, a sexualidade, a maternidade, a saúde e a violência contra as mulheres. A problematização da realidade política, econômica e social do país continua a ser feita, mas com outro enfoque e com a participação do movimento feminista junto a órgãos do Estado e até mesmo em partidos políticos, como veremos a seguir.

O FEMINISMO "DE ESTADO" DOS ANOS 80

A principal mudança do feminismo na década de 80 resulta do fato de as mulheres não mais lutarem pela igualdade de direitos e papéis em relação ao sujeito masculino; nesse momento, o movimento passa a privilegiar a valorização das diferenças entre masculino e feminino como forma de recuperar a "cultura feminina" e afirmá-la dentro do universo masculino dominante. Por isso, a idéia de brigar pela igualdade de direitos adotando uma postura classista é posta de lado, uma vez que nesse caso a especificidade do gênero feminino submerge em meio a uma ideologia marxista dita revolucionária.

O jornal *Mulherio*, logo em seu editorial do número zero, de março-abril de 81, expõe essa nova perspectiva do feminismo, ao explicar a proposta do jornal a partir do próprio título. Definindo os conceitos estereotipados atribuídos ao termo mulherio no dicionário, *Mulherio* pretende tirar os estereótipos relacionados à figura da mulher e valorizar as atitudes e capacidades femininas; sempre livre de qualquer postura ideológica, como muito bem ressalta no trecho que vemos a seguir:

"Mulherio, por sua vez, nada mais é do que as "mulheres". É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consciente, mas não mal humorada, sisuda ou dogmática."

Proposta bastante diferente da que faz o jornal *Brasil Mulher*, em seu editorial do número zero, de outubro de 75. Afirmando o feminismo da igualdade, o jornal pretende reivindicar igualdade de condições e direitos para homens e mulheres, muitas vezes apontando a mulher em uma condição de vítima, como na passagem que segue:

"... milhares de mulheres em todo mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem de

30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres que desejam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos são obrigadas a largar uma vida ociosa, sem nenhuma perspectiva de serem consideradas como seres que pensam; a prostituição aumenta constantemente e é a única saída para as moças que chegam do interior para a cidade. E finalmente porque o homem já desceu na lua e, portanto, nada mais lógico que reivindicar uma vida mais justa aqui neste planeta Terra.

Queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função da igualdade e, desde já, a propomos como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude."

Contraopondo-se a esse período em que as mulheres aparecem vitimizadas, as reivindicações baseiam-se em ideologias ortodoxas, as feministas fazem questão de se vestir com cores escuras e lutar por causas "revolucionárias", o pensamento da diferença dos anos 80 vem para dar uma outra cara ao movimento feminista. Nesse momento, o que importa é as mulheres se sentirem capazes, amadas e felizes e a valorização de sua cultura se faz com muita intensidade. Exemplo disso são os vários programas de televisão que surgem nos anos 80, voltados basicamente para assuntos femininos como moda, beleza, sexualidade e psicologia, como o TV Mulher; também a eleição de cores vivas - a exemplo do famoso cor-de-rosa choque - e roupas que modelassem o corpo feminino são dados significativos dessa mudança.

A insatisfação com o feminismo dos anos 70 e a ansiedade pelas transformações dos anos 80 é muito bem resumida nesse trecho do artigo de Verônica Guedes, "Lutar, mas também amar e ser feliz", no número 03 do *Mulherio*, de setembro-outubro de 1981:

"Como será um mundo construído por pessoas que acham que a militância substitui a própria vida? Por pessoas que esqueceram a sua sexualidade em alguma página solta do Capital? Por pessoas cuja amargura e sisudez se sobrepõem à tarefa de construir um mundo mais sadio e feliz? Por isso, em nome de todos os torturados, de todos os humilhados, de todos

os mortos e desaparecidos, em nome de todos os suicidas e, principalmente, em nome de todos os que estão vivos, devemos transformar o amor em um exercício diário de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, pensam em revolucionar o mundo! Para isso nosso movimento tem importância fundamental, porque questiona as relações afetivas e políticas a partir dos indivíduos. Por isso também representa um perigo estarrecedor a quem não consegue se libertar do martírio que representa sua opção política.

Não pensamos em trocar fuzis por flores, nem abrimos mão de lutar por uma sociedade justa e mais humana. Queremos participar da construção dessa nova sociedade, mas queremos também amar, sermos felizes e alegres com a mesma intensidade com que sofremos pela nossa trágica realidade social e, para isso, precisamos de uma identidade, de nossa identidade de mulher-sexo feminino e não de uma triste militância assexuada."

Dentro dessa perspectiva, o feminismo dos anos 80 procura basicamente afirmar a identidade feminina, distanciando-se das visões que pretendiam sobrepor as lutas gerais da sociedade à especificidade da questão feminina. Por isso, a militância das feministas se desenvolve de maneira diferente da que fora feita na década anterior.

Neste novo período, as atenções voltam-se para o campo da sexualidade e da saúde da mulher e o movimento procura desenvolver a prestação de serviços a mulheres que necessitassem de atendimento e instruções. Para isso, profissionaliza suas integrantes ou contrata profissionais especializadas na área, o que acaba sendo possível graças ao apoio financeiro de instituições internacionais.

Surgem, então, grupos autônomos de mulheres que se especializam na área da saúde e desenvolvem práticas alternativas para o tratamento médico e psicológico, como a técnica do auto-exame, que instruía a mulher para que ela conhecesse seu próprio corpo e pudesse identificar possíveis alterações que lhe ocorressem; a liberdade para a mulher poder falar sobre seus problemas sem os traumas e inseguranças com que falavam às instituições oficiais de saúde; ou o encontro entre as mulheres que procuravam esses grupos de

atendimento e em sua maioria compartilhavam as mesmas experiências cotidianas. O Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de São Paulo é um exemplo de como funcionam esses grupos.

Essa mobilização em torno da saúde e da sexualidade verifica-se no movimento feminista como um todo através da realização de encontros, reuniões e até mesmo congressos internacionais. Temas como a maternidade, a contracepção, o aborto, o planejamento familiar e o direito ao corpo e ao prazer passam a ser amplamente discutidos, adquirindo até mesmo o valor de questões políticas, uma vez que se lançam ao Estado cobrando-lhe maior atenção e assistência.

No âmbito da maternidade, por exemplo, o movimento feminista pede ao Estado medidas de assistência pré-natal às gestantes de baixa renda, exige que seja cumprida a lei de licença-maternidade e lança campanha para uma maternidade livre e consciente.

Neste mérito entra a questão dos métodos contraceptivos. O movimento feminista promove a divulgação de pesquisas e indicações de uso dos métodos anticoncepcionais para que as mulheres, junto com seus companheiros, decidam de maneira livre e consciente a opção de terem filhos. Além disso, pede também para que o Estado contribua com a distribuição gratuita de métodos contraceptivos aos hospitais públicos e que estes colaborem com instruções aos pacientes sobre a maneira de usá-los.

A problematização do aborto também faz parte da proposta de uma maternidade consciente e livre. Em vários momentos, o movimento feminista debate a situação de ilegalidade do aborto, relatando as condições precárias e arriscadas em que muitas mulheres o realizavam e pedindo ao Estado a sua legalização. O resultado disto são projetos de lei que ampliam as possibilidades para tal prática, mas não a sua legalização.

A questão do planejamento familiar se coloca como um debate entre o movimento feminista e alguns demógrafos e políticos. Estes entendiam que a diminuição da população era necessária para o crescimento econômico do país; por isso, chegaram a promover em vários momentos a esterilização em massa de mulheres de baixa renda e a lhes distribuir anticoncepcionais muitas

vezes vencidos e sem instruções de uso. O movimento feminista, por sua vez, era absolutamente contrário a tal idéia e promovia duras críticas ao Estado, pois entendia que as mulheres deveriam ter autonomia suficiente para decidir sobre seu próprio corpo.

O direito ao prazer e ao corpo também era entendido como um dos fatores para a autonomia. O movimento feminista acreditava que a emancipação da mulher dependia muito dela se sentir amada, bela, conhecedora de seu próprio corpo e capaz de decidir sobre ele. Por isso discute amplamente a sexualidade, ressaltando a importância da mulher conhecer seu corpo, ser livre para escolher seu parceiro e manifestar seus desejos e prazeres. Por isso também a importância da campanha sobre métodos contraceptivos, pois eles permitiam que a mulher praticasse sexo de maneira livre e segura.

Fora do âmbito da sexualidade e saúde femininas, o problema da violência contra as mulheres também foi posto em evidência e discutido com muita ênfase pelo movimento feminista. A incidência de crimes passionais no período, a exemplo do caso Lindomar Castilho e muitos outros, fez com que as mulheres se unissem e pedissem justiça contra os criminosos e contribuiu para que elas discutissem mais abertamente essa questão, muitas vezes relatando as agressões que sofriam de seus companheiros.

Como proposta de dar assistência jurídica às mulheres vítimas de violência, em 1981 o movimento feminista cria o S.O.S. MULHER, o primeiro órgão dirigido por mulheres voltadas especificamente para esse fim.

A partir de então, as mulheres passam a ter apoio e espaço para denunciar as agressões que sofriam pois, diferentemente das instituições jurídicas oficiais comandadas por homens que não davam relevância a esse tipo de violência e muitas vezes faziam pouco caso das vítimas com piadas e comentários machistas, o S.O.S. MULHER era dirigido somente por mulheres que compartilhavam a situação das vítimas através de muita conversa e orientação e encaminhavam com mais rapidez os casos para a justiça. O resultado da eficiência dessa proposta inovadora de assistência jurídica à mulher pode ser verificado através do aumento constante do número de

denúncias de violência doméstica, perseguição ou ameaça de morte, bem como da diminuição desse tipo de agressão, uma vez que os culpados estavam sendo devidamente intimados a responder por seus atos e muitas vezes punidos.

Todas essas propostas que davam um novo perfil ao feminismo nos anos 80 contribuíram para que o movimento ampliasse seu universo de atuação, uma vez que se preocupava em dar assistência a muitas mulheres sobre questões especificamente femininas, ao invés de promover um discurso revolucionário contra o Estado, como o que se fazia na década anterior. Neste novo universo, o movimento aproxima-se de um número maior de mulheres - em sua maioria não feministas - em função dos serviços que prestava e se aproxima também de partidos políticos e do Estado.

Essa aproximação em direção aos setores políticos foi possível graças à redemocratização do país que se iniciava no começo dos anos 80 após um longo período de regime militar. Sônia Alvarez relata que os partidos políticos, neste período, passaram a discutir com maior interesse as questões da mulher, pois o movimento feminista havia contribuído muito para o fim do regime militar e para o restabelecimento da democracia. Assim sendo, muitos partidos políticos lançavam propostas feministas como plano de ação e muitas feministas juntavam-se a eles, candidatando-se a cargos políticos com o objetivo de pôr em andamento tais propostas.

Essa união não foi vista com bons olhos pelo movimento feminista como um todo. Muitos setores achavam que as propostas feministas perderiam o seu teor ao se juntarem com as idéias dos tradicionais partidos políticos. Por isso defendiam a autonomia do movimento. Como exemplo dessa posição temos o artigo de Rosely, no número 04 do jornal Chana com Chana, de 1982, onde, mostrando uma ideologia um tanto quanto anarquista, ela faz uma crítica severa às instituições tradicionais e ressalta a necessidade da autonomia do feminismo enquanto movimento alternativo. Veja o trecho a seguir:

"É impossível negar as instituições autoritárias: escola, família, igreja, partidos, entre outras, pois elas estão aí e nós, de

alguma forma, temos relações com estas instituições. Mas isso não significa que não devemos criticá-las e tentar modificar ou destruir essas instituições. No caso dos partidos, podemos manter relações sem entrar em nenhum. Isto acontece quando participamos de debates promovidos por algum deles, utilizamos alguma gráfica ou levamos alguma ação conjunta em determinado momento.

Estar nos partidos é não acreditar nos grupos como possíveis veículos de transformação social."

Mesmo apesar da resistência de vários setores do movimento, muitas feministas filiaram-se a partidos políticos e até mesmo concorreram aos cargos de deputadas, senadoras ou vereadoras; algumas obtiveram sucesso. Por outro lado, dentro dos partidos havia muitas divergências entre as feministas e os políticos, que estavam habituados à política machista tradicional e ficavam indignados diante da inteligência de muitas mulheres. O resultado dessa divergência em muitos casos foi o abandono ou expulsão das feministas pelos partidos políticos.

Sônia Alvarez analisa a articulação entre as reivindicações feministas e os partidos políticos, mostrando que estes promoviam um debate em torno das questões de gênero movidos sempre por interesses eleitoreiros. Por isso havia dificuldade das mulheres penetrarem nos partidos políticos e atuarem de acordo com seus próprios objetivos.

O Estado, por sua vez, também tinha o interesse de atender às reivindicações feministas como forma de manter sua sustentação e atuação eficaz, mas não pretendia que as mulheres participassem de seu pacto de dominação, ocupando cargos elevados dentro de sua estrutura. Por isso, a solução que encontra para atender às pressões feministas é a institucionalização de suas propostas através da criação dos Conselhos, que seriam órgãos financiados pelo Estado e dirigidos por mulheres que colocariam em prática as aspirações do movimento feminista.

Esses Conselhos, porém, deveriam se submeter aos interesses do Estado, já que eram financiados por ele. Dessa maneira, o Estado estrategicamente cede espaço às mulheres, mas impede seu avanço, mostrando

uma posição não neutra em relação à questão do gênero, como muito bem ressalta Sônia Alvarez.

Mas, apesar disso, deve-se reconhecer a importância desses órgãos na assistência prestada às mulheres. Sendo administrados por feministas ou intelectuais, os Conselhos mantinham relações com entidades feministas não governamentais, o que contribuía para um atendimento mais amplo e renovado dos problemas da mulher. Sua atuação baseava-se nas questões centrais do movimento feminista que privilegiava demandas especificamente femininas, conforme se viu ao longo desse artigo.

Destaco, a seguir, o ano de criação e a proposta de alguns desses órgãos que contribuíram e ainda contribuem para a assistência à mulher:

- em 1983 foi criado o PAISM, Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, contando com profissionais especializadas na área da saúde e voltadas para os problemas da saúde e sexualidade femininas;

- também em 1983 foram elaborados os Conselhos Municipais e Estaduais da Condição da Mulher, que pretendiam a discussão das propostas feministas por setores políticos locais e estaduais;

- em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que pretendia a realização de debates em torno das questões feministas por órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

- também em 1985 foram criadas as Delegacias de Atendimento às Mulheres, que tratavam basicamente das mulheres vítimas de violência praticada por seus companheiros.

Estes e outros órgãos são resultado do reconhecimento das reivindicações feministas enquanto questões sociais e, portanto, problematizadas politicamente. Apesar da criação desses órgãos vinculados ao Estado não corresponder à expectativa do movimento feminista como um todo, que acreditava que suas propostas perderiam o teor por sofrerem interferência dos setores políticos, é inegável a visibilidade que a problemática feminista assume na esfera política.

O feminismo da década de 80, ao se aproximar do Estado, mostra que isso é necessário como forma de buscar caminhos para a legitimação de suas aspirações e se manifesta enquanto prática política de defesa da cidadania, na medida em que dialoga com o Estado e expõe a situação de um grupo social como um todo. Essa aproximação tem como pano de fundo a

democracia que se instalava no Brasil do período e que muito contribuiu para a problematização do gênero - assim como teve a ajuda do movimento feminista para o seu processo, de acordo com Sônia Alvarez. Por isso, esta autora chama o feminismo dos anos 80 de "feminismo de Estado", denominação muito bem escolhida para retratar o movimento nesse período.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Para avaliar a evolução da crítica feminista ao longo desse período seria interessante pensar um pouco em como se apresenta o debate em torno da condição feminina no momento atual, que é resultado de todo esse processo anterior.

Na década atual, o debate em torno das questões femininas ganha mais força, ocupando posição de destaque dentro das Ciências Humanas e permitindo que as experiências pessoais e sociais dos sujeitos masculino e feminino sejam repensadas. Podemos dizer que, no atual momento, as questões feministas mostram-se fora do gueto no qual eram colocadas nas décadas anteriores e ocupam espaço na academia, na política e em discussões mundiais, levantando novas propostas e dando continuidade às discussões e conquistas das décadas anteriores.

Isso tudo é resultado da visibilidade política que as questões feministas foram adquirindo a partir dos anos 70 e, sobretudo, 80, assim como da crítica que esse pensamento lançou a velhos padrões de valores, promovendo várias mudanças na cultura, nas relações pessoais e na sociedade como um todo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Sônia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia", in STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. "Em busca do tempo perdido; mulheres e políticas públicas no Brasil. 1983-1993", in *Cadernos de Estudos Femininos*. Ano 2, 2º semestre de 1994.
- COSTA, Cláudia Lima. "O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas," in *Cadernos Pagu*, n. 02, 1994.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. "Movimentos sociais; a construção da cidadania", in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 10. Outubro 1984.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses; O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LYPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero; A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- MACHADO, Roberto. "Por uma genealogia do poder", in FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. S.l., Graal, 3ª edição, 1982.
- MELO, Jacira Vieira de. *Trabalho de formiga em terra de tamanduá: A experiência feminista com vídeo*. Dissertação de Mestrado, USP, 1993.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Família e feminismo; Reflexões sobre os papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese de Doutorado, USP, 1981.
- MORENO, Rachel. "Movimento de mujeres hoy en Brasil", in *Verde Lilás; Movimento Ecologista Feminista*, São Paulo, s.d.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *O elogio da diferença*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual; Sexo e cultura no fin-de-siècle*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SHOWALTER, Elaine. "A crítica feminista no território selvagem", in HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses; O Feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LOBO, Elisabeth Souza. "O uso do gênero", in *A classe operária tem dois sexos; trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

TELLES, Maria Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.